

9 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 8 de janeiro de 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza  
carlosalexandre.df@abr.com.br  
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



**Bolsas**  
Na quarta-feira  
**1,03%**  
São Paulo

**Pontuação B3**  
IBovespa nos últimos dias  
**160.538** — **161.975**  
2/1 5/1 6/1 7/1

Na quarta-feira  
**R\$ 5,387**  
(+0,13%)

**Dólar**  
Últimos  
30/dezembro 5,489  
2/janeiro 5,425  
5/janeiro 5,405  
6/janeiro 5,380

**Salário mínimo**  
**R\$ 1.621**

**Euro**  
Comercial, venda  
na quarta-feira  
**R\$ 6,293**

**CDI**  
Ao ano  
**14,90%**

**CDB**  
Prefixado  
30 dias (ao ano)  
**14,88%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)  
Julho/2025 0,26  
Agosto/2025 -0,11  
Setembro/2025 0,48  
Outubro/2025 0,09  
Novembro/2025 0,18

## CASO MASTER

# TCU: só STF pode reverter liquidação

Presidente do TCU, Vital do Rêgo, afirma que a Corte atua de forma técnica e sinaliza que deverá suspender a inspeção no BC

» RAFAELA GONÇALVES

**O** presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, afirmou que uma eventual reversão da liquidação do Banco Master não é competência da Corte de Contas, mas do Supremo Tribunal Federal (STF). “Esse processo de ‘desliquidação’ do Master não cabe ao TCU, cabe ao Supremo Tribunal Federal, porque há um processo em andamento naquela Corte”, disse, em entrevista à Reuters. Segundo o ministro, o papel do TCU é técnico e se restringe a fornecer subsídios ao STF. “O que o TCU pode oferecer, como já vem oferecendo ao Supremo, são elementos para a apuração da legalidade da operação”, afirmou.

Vital do Rêgo ressaltou ainda que não existem informações suficientes para afirmar se a liquidação do Banco Master, decretada pelo Banco Central em 18 novembro, foi precipitada. De acordo com o presidente do TCU, essa conclusão dependerá da análise dos dados coletados por técnicos do Tribunal durante uma inspeção nos documentos do BC, trabalho que deve levar cerca de 30 dias. Mais tarde, em entrevista à Globonews, sinalizou que deverá suspender a inspeção determinada pelo ministro Jhonatan de Jesus.

Na segunda-feira, o ministro Jhonatan de Jesus, relator do processo do Banco Master na Corte de Contas, determinou a abertura de uma inspeção nos documentos do Banco Central que embasaram a decisão de liquidar a instituição. Ele também sinalizou a possibilidade de adotar medidas para impedir a venda de ativos do Master ao longo do processo, com o objetivo de “preservar o valor do patrimônio e a utilidade da fiscalização externa”.

O Banco Central reagiu, afirmando que iniciativas dessa natureza não devem ser tomadas de forma individual, mas submetidas à análise e à aprovação do colegiado do Tribunal. Nesse sentido, qualquer decisão adotada de maneira isolada por um único ministro teria caráter provisório, já que precisaria ser confirmada pelos nove integrantes do TCU. O presidente da autarquia reforçou ainda que não se posiciona ao lado do relator do

Bruna Gaston CB/DA Press.



**Vital do Rêgo reconhece que o papel do Tribunal é de “oferecer subsídios para o Supremo apurar a legalidade da operação”**

processo, mas em defesa das atribuições institucionais da Corte.

### Senador ação PGR

Ontem, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou, uma representação à Procuradoria-Geral da República (PGR) pedindo a apuração da conduta do ministro Jhonatan de Jesus, ex-deputado federal de Roraima pelo Republicanos, partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Ele renunciou ao mandato, em março de 2023, para assumir o cargo no Tribunal e se tornar o mais novo ministro da Corte de Contas.

Segundo o parlamentar, o ministro teria incorrido em abuso de autoridade ao solicitar a fiscalização da atuação do Banco Central no caso da liquidação do Banco Master. Vieira disse que a exigência de que a autoridade monetária justifique o mérito da decisão de decretar a liquidação não encontra respaldo legal e sustenta que o Tribunal não tem competência para atuar como uma espécie de “instância revisora da regulação bancária”.

Alessandro Vieira sustentou que o pedido de avaliação das decisões do BC configura “interferência indevida na atividade-fim” da autarquia e afronta o princípio

constitucional da separação dos Poderes. “A exigência de que o Banco Central justifique, perante a Corte de Contas, o mérito técnico de uma intervenção bancária evidentemente não possui amparo legal. Ao contrário, há inequívoca vedação sistemática”, afirmou Vieira na representação.

O senador argumentou ainda que a atuação do ministro do TCU pode gerar um ambiente de intimidação entre os técnicos do Banco Central, com potencial impacto sobre a fiscalização do sistema financeiro. Diante desses pontos, o parlamentar solicita que a PGR adote as providências cabíveis junto ao STF.

Ed Alves CB/DA Press



**Gabriel Galípolo, presidente do BC, foi um dos alvos diretos dos ataques**

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou, em nota, que detectou, no fim de dezembro de 2025, um “volume atípico de postagens” nas redes sociais com menções à entidade e a seus representantes. Embora não cite casos específicos, a manifestação ocorre no contexto da liquidação do Banco Master.

Segundo a federação, o dado foi apurado a partir de monitoramentos periódicos realizados com o apoio de empresas especializadas, que acompanham conteúdos relacionados à atuação da entidade e do setor bancário.

No período apurado, instituições e autoridades envolvidas no caso passaram a ser alvo de ataques nas redes sociais à véspera da virada do ano. A ação, concentrada em cerca de 36 horas, utilizou perfis conhecidos por impulsionar conteúdos de celebridades para questionar a credibilidade de órgãos, como o Banco Central e a própria Febraban.

A entidade afirmou ainda que avalia se as publicações registradas naquele intervalo “caracterizaram ou não eventual ataque coordenado à entidade”, observando que, nos dias seguintes, houve “redução significativa daquele volume atípico”.

A Febraban ressaltou que não realiza monitoramentos específicos sobre eventuais movimentos coordenados envolvendo outras instituições ou autoridades. “Os levantamentos feitos para a Febraban são

para consumo interno e não são divulgados pela entidade”, segundo a nota.

### Ataques

Pelo menos 40 perfis em redes sociais passaram a promover ataques simultâneos contra o Banco Central e investigadores envolvidos no caso Master, em uma ofensiva digital marcada por publicações coordenadas e narrativas distorcidas sobre a atuação do regulador. O movimento ganhou força nas últimas semanas e se intensificou em meio à disputa jurídica travada no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal de Contas da União (TCU) entre os advogados do banco e os órgãos de investigação.

Influenciadores passaram a disseminar conteúdos com críticas à atuação do BC e questionamentos à decisão que resultou na liquidação da instituição financeira.

Os ataques têm como alvos diretos autoridades e técnicos do Banco Central, entre eles, o presidente do BC, Gabriel Galípolo; o ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Renato Gomes — responsável pela área técnica que recomendou o veto à compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB) —; o diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos; além de banqueiros e representantes de associações do setor financeiro.

Entre os perfis envolvidos está a página Alfinetei, que reúne 25,3 milhões de

seguidores no Instagram. O perfil integra um grupo de páginas de entretenimento que participou da ofensiva coordenada contra o Banco Central no fim de dezembro, período em que a liquidação do Banco Master dominou o noticiário. A página é vinculada a ao menos cinco empresas formalmente registradas e a uma rede de perfis que, somados, alcançam cerca de 40 milhões de seguidores.

Outros perfis citados na ofensiva incluem a Divas do Humor, com 5,2 milhões de seguidores, e a página Festa da Firma, voltada ao humor corporativo, que soma cerca de 1,9 milhão de seguidores. Em comum, todos apresentam grande capacidade de engajamento e audiência ampla, características exploradas para amplificar críticas ao regulador.

### Alvos

A ofensiva digital, marcada pelo uso de perfis de grande alcance e pouco ligados ao debate econômico, levanta questionamentos sobre tentativas de descredibilização institucional e sobre o uso coordenado das redes sociais como instrumento de pressão política e reputacional em um dos casos mais sensíveis do sistema financeiro recente. Procurado por meio de sua assessoria, o Master não se posicionou sobre o assunto até a publicação.

Paralelamente, influenciadores aliados à direita relataram ter recebido

propostas para disseminar, em seus perfis, a narrativa de que o Banco Central teria agido de forma precipitada ao decretar a liquidação do Master.

O vereador Rony Gabriel (PL), de Erechim (RS), publicou um vídeo em seu perfil no Instagram no qual afirma ter sido procurado por uma empresa para produzir conteúdos em defesa do Banco Master e contra o Banco Central, responsável pela liquidação da instituição no fim do ano passado. (RG)